

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	9
APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	11
INTRODUÇÃO À 8. ^a EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO À 7. ^a EDIÇÃO	19
INTRODUÇÃO À 6. ^a EDIÇÃO	21
INTRODUÇÃO À 5. ^a EDIÇÃO	25
INTRODUÇÃO À 4. ^a EDIÇÃO	29
INTRODUÇÃO À 3. ^a EDIÇÃO	35
INTRODUÇÃO À 2. ^a EDIÇÃO	37
INTRODUÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO	41
ABREVIATURAS	53

PRIMEIRA PARTE – A RENOVAÇÃO DA TEORIA CONTRATUAL

1 – A NOVA TEORIA CONTRATUAL.....	57
1. A concepção tradicional do contrato.....	59
1.1. Características principais.....	61
1.2. Origens da concepção tradicional de contrato.....	63
a) <i>O direito canônico e a teoria do direito natural</i>	63
b) <i>Teorias de ordem política e a Revolução Francesa</i>	65
c) <i>Teorias econômicas e o liberalismo</i>	66
1.3. Reflexos da teoria contratual e do dogma da autonomia da vontade.....	67
a) <i>A liberdade contratual</i>	68
b) <i>A força obrigatória dos contratos</i>	70
c) <i>Os vícios do consentimento</i>	70
2. A nova realidade contratual.....	71
2.1. Noções preliminares: os contratos de massa.....	71
2.2. Os contratos de adesão	78
a) <i>Descrição do fenômeno: método “por” adesão e assimetria</i>	78

b) <i>A formação do vínculo</i>	82
c) <i>A disciplina dos contratos de adesão</i>	83
2.3. As condições gerais dos contratos (cláusulas contratuais gerais)	86
a) <i>Descrição do fenômeno: método “por” adesão e fragmentação</i>	86
b) <i>A inclusão de condições gerais nos contratos</i>	89
c) <i>A disciplina das condições gerais dos contratos</i>	95
2.4. Os contratos cativos de longa duração	97
a) <i>Descrição do fenômeno: tempo e “dependência”</i>	97
b) <i>A estrutura dos contratos cativos de longa duração</i>	105
c) <i>Disciplina e visão da conexidade</i>	109
2.5. Os contratos a distância no comércio eletrônico	116
a) <i>Descrição do fenômeno: espaço e virtualidade</i>	116
b) <i>Formação do vínculo e disciplina material</i>	127
c) <i>Disciplina no direito internacional privado e no direito comparado</i>	136
2.6. As cláusulas abusivas nos contratos de massa	160
3. Crises na teoria contratual	164
3.1. Crise da massificação das relações contratuais	164
3.2. Crise da pós-modernidade	168
3.3. Crise de confiança: a pós-modernidade aprofundada	185
3.4. Crise da hiperabundância: a chamada nova crise do contrato a democratização do consumo no Brasil e o desafio da economia do compartilhamento	203
4. A nova concepção de contrato e o Código de Defesa do Consumidor	216
4.1. A nova concepção social do contrato	216
a) <i>Socialização da teoria contratual</i>	217
b) <i>Imposição do princípio da boa-fé objetiva</i>	220
c) <i>Intervencionismo dos Estados</i>	251
d) <i>Contrato como ponto de encontro de direitos fundamentais</i>	256
4.2. O Código de Defesa do Consumidor como consequência da nova teoria contratual	269
a) <i>Limitação da liberdade contratual e nova visão do abuso</i>	270
b) <i>Relativização da força obrigatória dos contratos</i>	278
c) <i>Proteção da confiança e dos interesses legítimos</i>	282
d) <i>Nova noção de equilíbrio mínimo das relações contratuais</i>	289
2 – CONTRATOS SUBMETIDOS ÀS REGRAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	301
1. Contratos entre consumidor e fornecedor de produtos ou serviços	304
1.1. Conceitos de consumidor	304

a)	<i>O consumidor e a vulnerabilidade: do homo faber ao homo oeconomicus et culturalis do século XXI</i>	304
a.1	<i>A noção de consumidor stricto sensu e a teoria finalista</i>	306
a.2	<i>Os tipos de vulnerabilidade e a interpretação finalista</i>	324
a.3	<i>“Destinatário final”, finalismo aprofundado e a noção de hipervulnerabilidade</i>	346
b)	<i>Agentes equiparados a consumidores: a superação do status de terceiro</i>	389
c)	<i>O consumidor como sujeito de direitos fundamentais: em defesa de uma interpretação finalista e sistemática</i>	409
1.2.	O conceito de fornecedor	419
a)	<i>O fornecedor stricto sensu</i>	419
a.1	<i>A noção de fornecedor de produtos e serviços</i>	420
a.2	<i>Remuneração indireta e gratuidade</i>	421
a.3	<i>O fornecedor na economia do compartilhamento: o “guardião do acesso”</i>	428
b)	<i>A cadeia de fornecedores e os contratos conexos: a solidariedade e a interdependência</i>	430
c)	<i>As tendências jurisprudenciais de extensão do conceito de fornecedor: o fornecedor equiparado</i>	454
1.3.	Contratos de fornecimento de produtos e serviços.....	471
a)	<i>Contratos imobiliários</i>	473
b)	<i>Contratos de transporte, de turismo e viagem</i>	503
c)	<i>Contratos de hospedagem, de depósito e estacionamento</i>	528
d)	<i>Contratos de seguro, planos de saúde, planos funerários e previdência privada</i>	533
e)	<i>Contratos bancários e de financiamento</i>	574
e.1°	<i>Análise dos contratos bancários mais comuns: os depósitos</i>	576
e.2°	<i>Análise do conteúdo e natureza da norma do art. 3.º, § 2.º, in fine, do CDC diante da Constituição</i>	595
e.3°	<i>Análise do consumidor de serviços bancários e das súmulas sobre serviços bancários</i>	602
f)	<i>Contratos de administração de consórcios, leasing massificado e afins</i>	623
g)	<i>Contratos de fornecimento de serviços públicos</i>	643
h)	<i>Compra e venda e suas cláusulas</i>	663
i)	<i>Compra e venda com alienação fiduciária</i>	665
2.	Contratos de consumo e os conflitos ou diálogos entre as fontes	671
2.1.	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor, os critérios e a prática de solução dos conflitos de leis no tempo: do conflito ao diálogo.....	677
a)	<i>Características do Código de Defesa do Consumidor e reflexos na sua aplicação</i>	678

b) <i>O papel da Constituição Federal na interpretação e aplicação do Código de Defesa do Consumidor</i>	683
c) <i>Os critérios clássicos de solução de conflitos de leis no tempo e suas dificuldades</i>	687
c.1 <i>Conflitos e antinomias</i>	687
c.2 <i>Campo de aplicação pós-moderno</i>	690
c.3 <i>Critérios clássicos de solução das antinomias</i>	693
d) <i>Conflitos entre normas de leis anteriores com o Código de Defesa do Consumidor: o exemplo do diálogo do CDC com o Código Civil de 1916 e as leis bancárias anteriores</i>	705
e) <i>Conflitos entre normas do Código de Defesa do Consumidor e de leis especiais posteriores</i>	715
2.2. <i>Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos anteriores</i>	725
a) <i>As garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito</i>	728
b) <i>A garantia constitucional da defesa do consumidor</i>	740
c) <i>A aplicação imediata das normas de ordem pública</i>	741
d) <i>A renovação dos contratos cativos de longa duração e a hermenêutica a favor do consumidor</i>	747
2.3. <i>Analizando o diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002</i>	756
a) <i>O modelo brasileiro de direito privado, a desigualdade entre pessoas e a coerência entre fontes(CDC e CC/2002)</i>	761
b) <i>Os três tipos de diálogo das fontes: coerência, subsidiariedade e adaptação</i>	783
c) <i>Por um diálogo das fontes a favor (e nunca contra) a promoção dos direitos do consumidor</i>	790
CONCLUSÃO DA PARTE I	803

PARTE SEGUNDA – REFLEXOS CONTRATUAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3 – A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR QUANDO DA FORMAÇÃO DO CONTRATO	809
1. Princípio básico de transparência	814
1.1. Nova noção de oferta (art. 30)	821
a) <i>Vinculação própria através da atuação negocial: alguns exemplos</i>	830
b) <i>Publicidade como oferta</i>	848
c) <i>Informações e pré-contratos</i>	863
d) <i>Cláusulas contratuais gerais</i>	867
e) <i>Sanção</i>	869
1.2. Dever de informar sobre o produto ou serviço (art. 31)	873
a) <i>Amplitude do dever de informar do art. 31</i>	876

b) <i>A publicidade como meio de informação</i>	883
c) <i>Sanção: as regras sobre o vício do produto</i>	891
1.3. Dever de oportunizar a informação sobre o conteúdo do contrato (art. 46).....	893
a) <i>Amplitude do dever de informar do art. 46</i>	894
b) <i>Deveres de informação na economia do compartilhamento</i>	896
c) <i>Sanção</i>	897
1.4. Dever de redação clara dos contratos.....	899
a) <i>Redação clara e precisa (art. 46)</i>	899
b) <i>Cuidados na utilização de contratos de adesão</i>	900
c) <i>Sanção</i>	902
2. Princípio básico de boa-fé.....	904
2.1. Publicidade abusiva e enganosa.....	905
a) <i>Conceito de publicidade</i>	906
b) <i>Publicidade como ilícito civil – A publicidade enganosa</i>	909
c) <i>Publicidade como ilícito civil – A publicidade abusiva</i>	912
2.2. Práticas comerciais abusivas e controladas.....	917
a) <i>Práticas comerciais expressamente vedadas e o assédio de consumo</i>	919
b) <i>Os bancos de dados negativos e positivos sobre os consumidores e as práticas de superendividamento</i>	948
c) <i>Obrigações de fornecer orçamento prévio discriminado e de respeitar normas técnicas e o tabelamento de preços</i>	960
2.3. Direito de arrependimento do consumidor (art. 49).....	962
a) <i>A venda de porta em porta (door-to-door) e seu regime legal</i>	964
b) <i>Vendas emocionais de time-sharing</i>	975
c) <i>Contratação a distância em geral e no comércio eletrônico</i>	982
4 – A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR QUANDO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	1001
1. Princípio básico da equidade (equilíbrio) contratual.....	1004
1.1. Interpretação pró-consumidor – Visão geral e da hermenêutica mais favorável ao consumidor.....	1005
a) <i>Visão geral</i>	1006
b) <i>Hermenêutica mais favorável ao consumidor</i>	1011
c) <i>Homo medius e os consumidores hipervulneráveis</i>	1018
1.2. Proibição de cláusulas abusivas.....	1037
a) <i>Características gerais das cláusulas abusivas</i>	1039
b) <i>Da nulidade absoluta das cláusulas abusivas</i>	1045
b.1 <i>Lista única de cláusulas abusivas e os direitos básicos do consumidor</i>	1049
b.2 <i>Autorização excepcional de modificação de cláusulas</i>	1053

b.3	<i>A declaração ex officio da nulidade das cláusulas abusivas.....</i>	1058
1.3.	<i>As cláusulas consideradas abusivas.....</i>	1065
a)	<i>A lista do art. 51.....</i>	1067
a.1	<i>Cláusulas que impossibilitem, exonerem, atenuem ou impliquem em renúncia dos novos direitos.....</i>	1067
a.2	<i>Cláusulas criadoras de vantagens unilaterais para o fornecedor.....</i>	1071
a.3	<i>As cláusulas “surpresa”.....</i>	1077
b)	<i>A norma geral de boa-fé objetiva do inciso IV do art. 51.....</i>	1080
c)	<i>As cláusulas identificadas pela jurisprudência.....</i>	1085
c.1	<i>Cláusulas que violam deveres principais de prestação, deveres conexos à prestação ou deveres impostos pelo CDC.....</i>	1088
c.1.1	<i>Cláusulas de exclusão ou limitação da responsabilidade contratual.....</i>	1088
c.1.1.1	<i>Cláusulas de exclusão da responsabilidade contratual e extracontratual.....</i>	1088
c.1.1.2	<i>Cláusulas de limitação da responsabilidade do fornecedor (de indenização tarifada ou limitada)....</i>	1097
c.1.1.3	<i>Cláusulas de limitação da obrigação em contratos que envolvem saúde.....</i>	1118
c.1.1.3.a	<i>Exclusão de determinadas doenças da cobertura do seguro ou plano.....</i>	1122
c.1.1.3.b	<i>Exclusão de determinados tratamentos, exames, medicamentos, próteses e de limites à internação.....</i>	1141
c.1.1.3.c	<i>Cláusulas que envolvem carências e violação do dever de cooperar.....</i>	1149
c.1.2	<i>Cláusula de decaimento ou de perda significativa das prestações pagas.....</i>	1159
c.1.3	<i>Cláusula penal clássica.....</i>	1176
c.2	<i>Cláusulas que violam deveres anexos de cooperação.....</i>	1186
c.2.1	<i>Cláusulas que influenciam o acesso à justiça.....</i>	1186
c.2.2	<i>Cláusulas que retardam ou não facilitam o acesso ao Judiciário.....</i>	1205
c.3	<i>Cláusulas que violam deveres anexos de informação.....</i>	1247
c.3.1	<i>Cláusulas de declaração ficta, de informação fictícia, de consenso e prática fictícia.....</i>	1247
c.3.2	<i>Cláusulas que violam a transparência, impedem o acesso a informações e violam os direitos específicos de informação do consumidor.....</i>	1257
c.4	<i>Cláusulas que violam deveres anexos de cuidado.....</i>	1263

c.4.1	<i>Cláusulas que autorizam a violação da honra, da imagem, do crédito e da privacidade do consumidor.....</i>	1265
c.4.2	<i>Cláusulas atípicas de remuneração, de remuneração variável ou repetida, de imposição de índices unilaterais de reajuste ou de juros irrazoáveis</i>	1268
1.4.	Controle judicial dos contratos de consumo.....	1282
a)	<i>Controle formal e controle do conteúdo dos contratos.....</i>	1284
b)	<i>Controle concreto e em abstrato.....</i>	1288
c)	<i>Papel do Ministério Público, da Defensorias Públicas e das entidades de proteção ao consumidor.....</i>	1290
1.5.	Novas linhas jurisprudenciais de controle do sinalagma contratual, de recurso à ineficácia e da preservação do mínimo existencial: combatendo a frustração dos fins do contrato de consumo e o superendividamento.....	1301
a)	<i>A tendência de ineficácia de cláusulas não informadas ou destacadas corretamente</i>	1303
b)	<i>A tendência de revitalização do sinalagma no tempo e correção monetária</i>	1308
c)	<i>A tendência de controle da novação contratual e do equilíbrio: renegociação para evitar a frustração do fim do contrato de consumo e o superendividamento</i>	1317
2.	Princípio básico da confiança.....	1343
2.1.	Novo regime para os vícios do produto.....	1346
a)	<i>Vícios de qualidade – Vícios por inadequação</i>	1351
b)	<i>Vícios de qualidade por falha na informação</i>	1364
c)	<i>Vícios de quantidade</i>	1366
2.2.	Novo regime para os vícios do serviço.....	1367
a)	<i>Vícios de qualidade do serviço.....</i>	1368
b)	<i>Vícios nos serviços de reparação</i>	1378
c)	<i>Vícios de informação.....</i>	1379
2.3.	Garantia legal de adequação do produto e do serviço.....	1381
a)	<i>Noções gerais.....</i>	1381
b)	<i>Garantia legal e novo prazo decadencial</i>	1386
c)	<i>Relação da garantia contratual com a garantia legal</i>	1397
2.4.	Garantia legal de segurança do produto ou do serviço (responsabilidade extracontratual do fornecedor)	1405
a)	<i>Deveres de segurança do fornecedor de produtos e serviços</i>	1414
b)	<i>Limites da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....</i>	1421
c)	<i>Direito de regresso</i>	1434
2.5.	Inexecução contratual pelo consumidor e cobrança de dívidas	1435
a)	<i>Noções gerais.....</i>	1435
b)	<i>Superendividamento do consumidor pessoa física</i>	1450

2.6. Inexecução contratual pelo fornecedor e desconsideração da personalidade jurídica.....	1464
a) <i>Noções gerais</i>	1464
b) <i>A desconsideração da personalidade jurídica</i>	1465
c) <i>Desconsideração: permitindo o ressarcimento de danos contratuais e extracontratuais em casos de acidente de consumo</i>	1470
CONCLUSÃO DA PARTE II E OBSERVAÇÕES FINAIS	1479
BIBLIOGRAFIA	1485
OBRAS DA AUTORA	1597